

PROGRAMA DE GOVERNO

CANDIDATO

Wilson Witzel

PARTIDO PMB

“RIO DE MÃOS DADAS”

“RIO DE BRAÇOS ABERTOS”

ELEIÇÕES 2022

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
2. DIAGNÓSTICO DO QUADRO ATUAL DO ESTADO
3. PROPOSTAS
 - 3.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
 - 3.2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS
 - 3.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
 - 3.4 SEGURANÇA PÚBLICA
 - 3.5 EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
 - 3.6 SAÚDE
 - 3.7 AGROPECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
 - 3.8 INDÚSTRIA E SERVIÇOS
 - 3.9 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
 - 3.10 INFRAESTRUTURA
 - 3.11 TRANSPORTE
 - 3.12 HABITAÇÃO
 - 3.13 EMPREGO E RENDA
 - 3.14 TURISMO, ESPORTE E LAZER
 - 3.15 CULTURA
 - 3.16 MEIO AMBIENTE

1. APRESENTAÇÃO

O Estado do Rio de Janeiro carece de um governo cuja política de fato esteja empenhada e comprometida com uma administração pública estadual eficiente, transparente, inovadora, que zela e trabalha pelos reais interesses da população fluminense, sem qualquer tipo de relação controversa entre os setores público e privado, promovendo melhor qualidade de vida, justiça social, confiança e perspectiva de futuro para todos. Entretanto, observamos que as práticas do governo atual (e governos passados), mais uma vez, prejudica o avanço do nosso Rio de Janeiro. O que tem preponderado é o desvirtuamento, quase que institucionalizado, das finalidades do poder público de nossas instituições republicanas no estado – corrupção, corporativismo, fisiologismo, relações de lealdade e não técnicas dentro do governo, que viciam e corrompem o exercício da boa política, limitando a capacidade plena de atuação da democracia, das relações institucionais e da entrega dos serviços públicos para o cidadão fluminense como de direito.

A nossa infraestrutura e capacidade de investimento econômico estão prejudicadas. A educação e a saúde estão sendo vilipendiadas, rifando a vida e o desenvolvimento das famílias fluminenses, enquanto que o investimento em infraestrutura está interrompido. Sem falar no pior dos problemas do Rio de Janeiro: a segurança pública. Nossa tropa ostensiva e nossos investigadores estão desestimulados e com graves problemas estruturais para realização do trabalho. Não há desenvolvimento econômico em virtude da violência, da alta carga tributária e da complexa burocracia.

Em 2018, a população fluminense escolheu nas urnas o meu programa de governo como vencedor para conduzir o estado do Rio de Janeiro. Todavia, o meu mandato de Governador não coadunava com as práticas corruptíveis que se tornaram parte da política do estado. Fui o Governador e, novamente, sou o candidato que mafiosos, milicianos e traficantes não querem ver a frente do executivo do nosso estado. Por isso, houve um golpe de impeachment contra o meu mandato. Tenho a consciência em paz. Todas as minhas contas referentes ao período que governei o estado foram aprovadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), em 2021, zero boletos reprovados. Não tenho qualquer tipo de condenação.

O Rio de Janeiro é um estado privilegiado, de muitas e diversificadas riquezas, mas precisa de um governo que garanta a qualidade, sustentabilidade e eficiência do gasto público, haja

vista que o nosso estado encontra-se em Regime de Recuperação Fiscal, de forma a retomar sua capacidade de fazer políticas públicas que atendam de ao interesse da população.

Nossa candidatura é pelo resgate do Estado do Rio de Janeiro, que dei início no meu Governo, em 2019, e foi interrompido irresponsavelmente.

Vamos voltar a fazer o certo. Você já viu a diferença!

2. DIAGNÓSTICO DO QUADRO ATUAL DO ESTADO

Embora a pandemia da covid-19 tenha causado muitos prejuízos para os estados, o Rio de Janeiro foi o estado que encerrou o primeiro trimestre de 2022 com a terceira maior taxa de desemprego do país e do sudeste, conforme os dados da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) publicados em maio, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São 1,323 milhão de trabalhadores desempregados. A taxa de desemprego ficou em 14,9%, a mesma verificada em Sergipe, atrás apenas da Bahia (17,6%) e Pernambuco (17%). A população de baixa renda que depende de programas sociais do governo é a que mais sofre, pois está totalmente desassistida, muitas delas tendo que habitar as ruas de nosso estado.

Em estudo divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)¹, em dezembro de 2021, mostrou que o Rio de Janeiro é o estado mais desigual do país, puxado por desemprego, baixos salários e informalidade, com queda de -11,9% do rendimento médio salarial, seguido por Amazonas (- 6,3%) e Paraná (- 5,1%). Este cenário nos indica um grave fator estrutural de discrepância monetária e social e alta concentração de capital humano entre a população fluminense, que deve ser revertida.

A segurança pública, o mais grave problema do Rio de Janeiro, continua fazendo da vida do cidadão fluminense um medo constante. Temos presenciado situações de grande violência no estado. Não bastassem as evidentes falhas na gestão e condução das operações policiais que vem ceifando a vida da própria polícia e da população, o clima de insegurança vem aumentando, segundo números do Instituto de Segurança Pública (ISP), os quais mostram que os casos registrados de furtos e roubos dispararam no primeiro trimestre de 2022.

¹ O estudo mensurou a desigualdade social e econômica no estado do Rio de Janeiro em relação à queda do rendimento médio salarial da população, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad/IBGE) referente ao terceiro trimestre de 2021.

Foram registrados 3.110 casos de furtos e 1.179 de roubos em relação ao mesmo período de 2021 (que foram de 1.451 e 1.115 casos respectivamente). Nossa população e nossos policiais civis e militares merecem respeito. Para tanto, necessitamos de uma política de segurança pública séria, estratégica, que garanta condições adequadas de trabalho aos nossos policiais, permitindo o combate inteligente e seguro à criminalidade e a preservação à vida de todos os cidadãos fluminenses.

Nosso programa de governo está preocupado e comprometido com o futuro do estado do Rio de Janeiro. Estamos cientes de que, após a séria crise de governança que enfrentamos e que colocou o estado em regime de recuperação fiscal, temos a necessidade de gerar um ciclo de modernização e prosperidade para o nosso estado. Buscar a sinergia e a integração entre o estado e municípios e o setor privado será fundamental para que possamos viabilizar o desenvolvimento econômico e social que nossa população tanto necessita. Não há como ser diferente, se quisermos um Rio de Janeiro melhor para todos os seus cidadãos.

Somos a segunda maior economia do Brasil (10% do PIB Nacional em 2021, com R\$ 779.928 bilhões de PIB). O estado do Rio de Janeiro é uma potência em várias áreas. Na saúde, conta com uma estrutura hospitalar ampla, de referência em diversas especialidades. Na educação básica da rede pública estadual são 1,3 mil escolas e mais de 779,1 mil matrículas; na educação profissional contamos com uma importante instituição, a Faetec, que compõe a nossa rede pública estadual de ensino, além de uma excelente estrutura de universidades públicas estaduais, porém não vêm sendo tratadas como prioridades. Na área cultural, possuímos a segunda maior oferta de teatros e cinemas e o maior número de bens tombados do Brasil. Ainda, temos uma importante estrutura industrial (petroquímica, naval, automobilística, metalúrgica), mas que sofre com a falta de investimentos.

Nosso Rio de Janeiro tem todos os recursos para superar seus problemas, só precisa de um governo realmente comprometido com este propósito, que coloque a população fluminense e seus interesses em primeiro lugar. É em defesa desses princípios que, mais uma vez, nossas propostas de governo para o estado do Rio de Janeiro foram pensadas.

3. PROPOSTAS

3.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

A Organização Administrativa será pautada na eficiência e no uso correto do recurso público. Hoje o Estado conta com incríveis 33 secretarias, a atual gestão vulgarizou a Gestão Pública ao criar tantas secretarias para acomodação política e ao mesmo tempo enfraquecer áreas estratégicas como Educação e Saúde, que precisam dividir o seu tempo com Governador com pastas de pouca importância social. A dimensão das secretarias e órgão vinculados será reavaliada. É preciso que a máquina pública tenha o tamanho adequado para prestar o serviço ao cidadão com qualidade, mas que permita aos cofres públicos operarem com saúde. O servidor público não pode e não deve pagar a conta da má gestão pública, mas todos devem assumir sua responsabilidade na reorganização da administração e das contas.

O tamanho e o dimensionamento das demais secretarias serão discutidos com a sociedade, para chegar no formato administrativo mais eficiente possível.

Para tanto, o Governo Wilson Witzel defende as seguintes medidas:

- 1 - Estudar a viabilidade econômica da implantação do Centro Administrativo do Governo do Estado, viabilizando o trabalho e a interação das diversas Secretarias de forma eficiente, assim como facilitar o acesso da população que necessita de serviços da administração pública;
- 2 - Realizar um corte de 30% dos Cargos Comissionados no Estado e garantir a ocupação de 50% dos cargos por servidores públicos.
- 3 - Adequar o quantitativo de servidores de carreira e sua correta lotação, evitando desvio de função e desmotivação dos referidos servidores;
- 4 - Valorizar o Servidor Público, com oferta de treinamentos, atualizações continuada, capacitações e cursos para melhor atender a nossa população;
- 5- Atualizar e modernizar o Plano de Cargos e Salários existentes, buscando a motivação, incentivando e valorizando o desempenho profissional;
- 6 - Criação de gabinetes regionais de administração pública estadual, nos polos regionais, com estrutura enxuta e voltada para o atendimento de demandas da população dentro das competências do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

3.2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Se o Rio de Janeiro fosse uma nação independente, estaria entre as 50 maiores economias do mundo, próximo a nações como Grécia, Nova Zelândia e Hungria. Entretanto ainda bem abaixo de países como Holanda, Romênia e Chile, países com a mesma população, mas com economias mais robustas. Isso mostra que o Rio de Janeiro ainda tem um grande potencial de expansão econômica, porém depende de construir uma inserção internacional mais independente do Itamaraty.

A atuação internacional de forma independente dos governos estaduais em relação aos órgãos diplomáticos nacionais, ligados aos governos centrais é uma tendência que tem se popularizado e é identificada pelos nome de “paradiplomacia”. No Rio de Janeiro, o órgão do governo estadual especializado na gestão das relações com parceiros internacionais, estabelecido em 2007, era Subsecretaria de Relações Internacionais, que foi rebaixada a Superintendência de Relações Internacionais no último governo. Essa instancia atualmente funciona como uma assessoria internacional de agenda do Governador e dos Secretários, com o corpo administrativo super reduzido, não consegue desenvolver nenhum trabalho estruturado de construção e articulação internacional do Estado. Isso mostra que o governo que criou mais de 30 secretarias para acomodar aliados, é incapaz de pensar estrategicamente a inserção internacional, deixando o estado de fora dos grandes circuitos de investidores estrangeiros.

Pela sua importância econômica e cultural, e ainda pela sua visibilidade internacional, o estado do Rio de Janeiro demanda, mais do que nunca, uma política sistemática e ativa de inserção internacional, uma política protagonista, capaz de potencializar oportunidades importantes para a aceleração do desenvolvimento social, cultural e econômico do estado. Sobre esse assunto, as principais iniciativas de promoção do governo devem procurar ampliar a capacidade de negociação e intermediação internacionais da administração estadual, facilitar a interação com parceiros estrangeiros.

Nessa perspectiva, temos como propostas:

- 1 - Ampliar a promoção das exportações de empresas sediadas no Estado, através da participação em feiras e eventos internacionais e através da prospecção e divulgação de inteligência de mercado.

2 - Ampliar a captação de financiamento internacional ("*fund raising*") para projetos governamentais e parcerias, junto a bancos de desenvolvimento, agências de cooperação e de fomento, organizações internacionais, Cooperação técnica internacional. Promover o intercâmbio técnico e tecnológico nas diversas áreas das políticas públicas, promovendo a troca de experiências e melhores práticas com outros órgãos da administração pública local ou com organizações internacionais;

3- Intermediar e facilitar a relação dos órgãos da administração estadual com a imprensa internacional, com seus correspondentes locais, e com outros formadores de opinião;

4 - Ampliar a capacidade de gestão de imagem do Estado e de opinião pública internacional

3.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Na gravíssima crise econômica em que o Estado do Rio de Janeiro vive, a simples redução de despesas públicas não é suficiente para equilibrar as contas do Governo. É essencial que o Estado do Rio de Janeiro volte a se desenvolver com rapidez, estabilidade e sustentabilidade.

O objetivo do próximo governo é tornar o ambiente de negócios do Estado do Rio de Janeiro atrativo, seguro e desburocratizado, para que os investimentos possam voltar a surgir de maneira diversificada e atendida com as demandas da iniciativa privada e priorizando as empresas que realmente querem trabalhar em prol do estado.

Em especial, precisamos reduzir sensivelmente a dependência do Rio de Janeiro dos royalties do petróleo, que são recursos voláteis e cujo impacto está ligado a fatores externos ao Rio de Janeiro, tais como o câmbio e o preço internacional do produto.

Propostas

1 - Modernizar e automatizar todos os processos burocráticos internos e destinados ao público, com resolução online, sem necessidade presencial do usuário, na maior parte dos serviços prestados;

2 - Federalização da dívida do Estado do Rio de Janeiro;

3 - Redução da carga tributária com as medidas de federalização;

4 - Criar o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, com estrutura de carreira, a partir da unificação da AGERIO e CODIN, o que permitirá a captação de recursos no mercado financeiro e ampliará as possibilidades de incentivos ao desenvolvimento econômico no estado, em áreas como da indústria, agricultura da soja e do milho, de acesso ao crédito para micro e pequenos empresários, por exemplo.

3.4 SEGURANÇA PÚBLICA

O estado do Rio de Janeiro tem desafios enormes na área de segurança, o que não significa uma condição determinística que não possa ser melhorada.

O Rio de Janeiro tem gasto muito dinheiro e muito mal na segurança pública, enquanto os problemas fundamentais não são resolvidos. É sabido que a violência e a criminalidade são reflexos de uma realidade multifacetada de problemas. Entretanto, a área requer políticas específicas que fortaleçam as polícias, fomentem a cooperação entre poderes e esferas de governos, enfrentem o crime organizado e foquem na prevenção e repressão qualificada nos locais com elevados índices de criminalidade.

A topografia das comunidades dificultam as operações nos locais íngremes. Não há controle no tráfico de fuzis ou drogas que não são produzidos no Estado. Facções rivais continuam a pôr a população em risco. O efetivo da polícia é insuficiente. Por outro lado, as milícias são uma força tão ou mais perigosa que o tráfico de drogas e são favorecidas pela corrupção policial que não é combatida com a devida necessidade. É preciso valorizar o bom policial, dar condições adequadas para que realize o seu trabalho e, na outra ponta, combater os maus policiais que criam um sentimento de desconfiança na sociedade junto a corporação.

Dois pontos são marcantes na segurança pública no Rio de Janeiro: a existência de parcelas do território onde o Estado não detém o monopólio da força e o intrincado envolvimento de agentes públicos com o crime. Para enfrentar esses problemas é fundamental a revisão das principais estratégias de combate aos grupos armados das operações policiais em áreas de favelas, que hoje contribuem para corroer a confiança nas forças policiais e alimentar a corrupção policial.

A política de combate à criminalidade, por meio da ocupação territorial do estado, deve ter como foco uma estrutura de inteligência, gestão integrada e investigação, que promova uma

repressão qualificada dos grupos criminosos e seja acompanhada outras políticas públicas (educação, saúde, geração de renda, cultura e esporte, por exemplo). O contrário disso não gera efetividade. Em 2021, o Rio de Janeiro investiu 0% em informação e inteligência na segurança pública. A evidente fragmentação das políticas de segurança no estado, com ações descoordenadas, isoladas e desprovidas de inteligência, ocasionando grande número de mortes e prejuízos à administração estadual, não pode continuar.

Assim, focar na prevenção é importante não só por reduzir a criminalidade, mas também por ser uma alternativa mais barata e eficiente do que o encarceramento, cujos custos econômicos e sociais são enormes e, na maioria das vezes, ineficazes na interrupção de carreiras criminais.

Estudos de caso na área da segurança pública confirmam que as polícias mais modernas do mundo migraram de um modelo reativo de abordagem, calcado em atendimentos de emergência e na prisão de criminosos, para um modelo preventivo, baseado na análise de dados, para definir onde agir e prevenir a ocorrência do crime e da violência. O Atlas da Violência de 2020 apontou que o nosso estado tem o segundo maior número de homicídios do Brasil.

Nossa polícia passará a ter uma gestão integrada dos meios de apoio para racionalizar os equipamentos, com equipamentos individuais para cada policial, armamento e coletes, uniformização destes equipamentos, viaturas e procedimentos.

Firmes no desígnio de transformar a realidade da nossa política de segurança, trazemos como propostas:

- 1 - Criação dos Distritos Policiais, com comando integrado e alternado entre Oficiais da PMERJ e Delegados da PCERJ, aproximando as instituições para maior uniformidade e colaboração entre todos;
- 2 - Criação da Universidade da Segurança Pública e do calendário de treinamento para formação e aperfeiçoamento entre todos os operadores da segurança pública;
- 3 - Valorização das carreiras de policiais, peritos e agentes do sistema penitenciário.
- 4 - Realizar investimento significativo para acabar com a precariedade estrutural das polícias;

5 - Será regulamentada a questão das escalas compulsórias dos policiais militares, trazendo razoabilidade à questão;

6 - Federalização das forças de segurança total ou parcial devido à posição estratégica do RJ.

7 - Recomposição com 5 mil novos policiais despolitização da PM.

3.5 EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A Educação é outro tema caro para a população fluminense e que foi tratado de maneira desidiosa pelo atual Governo. A educação é o direito social e o serviço público de maior destaque hoje no mundo. É o instrumento de mobilidade social e emancipação do cidadão, a partir do qual ele se qualifica para uma profissão e passa a contribuir com a sociedade, retirando seu sustento de maneira digna e funcional.

A Constituição Federal, em seu artigo 212, exige que cada ente estadual invista pelo menos 25% do seu orçamento na educação. Nesse sentido, cabe ressaltar que cumprir o mínimo constitucional previsto nem sempre significa garantir qualidade educacional e, tão pouco, o uso adequado dos recursos. Segundo dados da Controladoria Geral do Estado, a obrigatoriedade dos 25% foi cumprida em 2021. Em contrapartida, o Estado do Rio de Janeiro teve uma perda líquida dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) no valor de R\$ 5.501.150 mil, a maior desde 2018 e um aumento de 39,84% em relação a 2020².

Quando olhamos para os indicadores educacionais o cenário se agrava. No Ensino Médio da rede pública estadual, o Rio de Janeiro vem piorando seus resultados, visto que o Ideb de 2015 é superior ao atual resultado de 2019. Entre as 27 unidades federativas do país, o Rio ocupa o 20º lugar do Ideb no Ensino Médio, com 3,5 pontos, o que coloca o Estado como o pior resultado do índice na região sudeste: o Espírito Santo tem a liderança com 4,6, seguido

² A contribuição do Estado do Rio de Janeiro no Fundeb, em 2020, foi na ordem de R\$ 6.785.722 mil e uma perda líquida no valor de R\$ 3.933.808 mil, correspondendo ao percentual de 3,43% em relação a 2019 (CGE, 2020).

de São Paulo com 4,3 e Minas Gerais com 4,0. A meta do Ministério da Educação (MEC) para o Ideb de 2022 é de 6,0 pontos.

Embora 96,1% dos jovens de 15 a 17 anos do estado do Rio de Janeiro estejam matriculados na escola, apenas 64% dos jovens de 19 anos concluíram o Ensino Médio, o que indica uma alta taxa de defasagem no fluxo (distorção idade-série) e maior propensão de evasão escolar e à criminalidade. Além disso, a pandemia trouxe novos desafios à educação brasileira, que afetaram fortemente o acesso, a trajetória e a aprendizagem. De acordo com estudo recente realizado pela ONG “Todos Pela Educação”, assegurar que esses três objetivos sejam alcançados, simultaneamente, é condição necessária para que tenhamos uma Educação de qualidade, bem como a melhoria do gasto público.

Melhorar a taxa de fluxo escolar, por exemplo, além de assegurar a melhoria dos objetivos elencados, também pode gerar benefícios sociais e econômicos de curto prazo para o Rio de Janeiro. Para 100 mil alunos, poderia gerar uma economia da ordem de R\$1,3 bi após três anos (economia recorrente). O montante é alcançado considerando um custo aluno/ano de R\$6,5 mil e defasagem de dois anos.

Apenas 10,1% das matrículas do Ensino Médio da rede pública estadual são escolas de tempo integral. O prazo para o cumprimento do mínimo de 50% das escolas públicas estaduais em tempo integral (cobrindo pelo menos 25% dos alunos matriculados), estabelecido pelo Plano Nacional da Educação (PNE), encerra em 2024. Ainda há muito por se fazer.

Ademais, experiências internacionais (Alemanha, França, EUA) comprovam que o ensino profissionalizante tem um papel importante no desenvolvimento socioeconômico e como aliada na redução da evasão escolar no ensino médio. Hoje, 20,7% das matrículas do Ensino Médio, das escolas da rede estadual, são da Educação Profissional Técnica, sendo a média nacional de 19,1%. Considerando que o maior índice de violência atinge os jovens entre 15 e 29 anos, maioria entre a parcela da população que não concluiu o ensino médio, precisamos avançar para oferecer maior dignidade e oportunidades de qualificação e trabalho a nossa juventude.

O ensino superior vem passando por uma deteriorização com a forte redução de investimentos no ensino e pesquisa das universidades públicas, cuja maior parte vem de

bolsas do Governo Federal (Capes e CNPq). No Rio de Janeiro, a Faperj é a principal fonte estadual de bolsas de incentivo à pesquisa. Todavia, o atual cenário de desgaste dos investimentos dificulta a ampliação da oferta dessas bolsas e de outros programas científicos que possibilitem o desenvolvimento e a inovação no estado. Assim, o resgate de nossas Universidades Estaduais (Uerj, Uenf e Uezo) e da ciência e tecnologia passa pela retomada e incentivo à produção científica. A proposição de um plano de desenvolvimento de C,T&I para o estado do Rio de Janeiro é premente. Apresenta-se no horizonte como o único meio de operacionalizar uma política pública para o desenvolvimento socioeconômico que induza à modernização de setores produtivos tradicionais e a criação de empresas de base tecnológica, com foco nos sistemas regionais de inovação e elaborado dentro de uma abordagem sistêmica e estratégica.

Assim, defendemos as seguintes propostas para educação, ciência e tecnologia:

- 1 - Criação de um plano pedagógico da rede estadual de ensino, a partir da nova estrutura curricular (BNCC), de maior integração com a Educação Profissional e Tecnológica;
- 2 - Expansão das escolas de Ensino Médio em Tempo Integral;
- 3 - Implantar sistema de avaliações da Secretaria de Educação, para o direcionamento mais adequado da intervenção pedagógica e seus resultados;
- 4 - Fortalecer a política de formação continuada do magistério, em parceria entre a Secretaria de Estado de Educação e Universidades Estaduais, de forma atrelada ao desenvolvimento profissional na carreira;
- 5 - Investir na segurança dos profissionais da educação e alunos, dentro e fora da escola/sala de aula;
- 6 - Investir na infraestrutura física e tecnológica das escolas estaduais;
- 7 - Estruturar a Secretaria de Educação de forma a garantir maior proximidade com as Regionais e Escolas, baseado em metas e resultados no alcance de melhor desempenho da rede estadual de ensino;
- 8 - Expandir a educação profissional e tecnológica, com a implementação de cursos que estejam em acordo com as potencialidades locais/regionais das escolas estaduais e rede Faetec;

- 9 - Ampliar o acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA), com foco na qualificação profissional;
- 11 - Revisar e melhorar progressivamente o plano de carreira do magistério, de forma que seja atrativo e sustentável;
- 12 - Criar programa de qualificação dos servidores da Secretaria de Educação;
- 13 - Promover a formação continuada de gestores escolares e regionais, com vista a mantê-los alinhados as diretrizes pedagógicas da Secretaria de Educação e melhorar o aprendizado dos alunos e o desempenho das escolas estaduais;
- 14 - Aprimorar a capacidade administrativa da Secretaria de Educação, otimizando seus processos de gestão;
- 15 - Apoiar os municípios na expansão do atendimento e na melhoria da qualidade das Creches e Pré-Escolas;
- 16 - Garantir a inclusão na Educação Especial, no entendimento de que a qualidade e a oferta do ensino público devam ser plenas e possíveis para todos. Para tanto, faz-se necessária a capacitação dos professores e demais funcionários, baseada nos estudos realizados sobre a temática da educação especial e, também, a implementação de infraestrutura escolar adequada;
- 17 - Estabelecer a cooperação entre Universidades Estaduais e iniciativa privada, visando o desenvolvimento de inovação, ciência e tecnologia no Estado;
- 18 - Reestruturar a gestão da FAPERJ e a concessão de bolsas, de modo a atrair pesquisadores e projetos de excelência e de interesse do Estado;
- 19 - Valorizar nossas Universidades Públicas Estaduais com investimentos, promovendo sua maior participação dentro do Governo, por meio de estudos científicos que possam orientar a construção políticas públicas.

3.6 SAÚDE

A saúde pública estadual permanece entre as áreas com o pior desempenho dos serviços prestados pelo Estado. A desorganização da oferta, desvalorização dos profissionais, a baixa

resolutividade das redes de saúde, os recursos insuficientes e mal aplicados são apenas alguns dos problemas persistentes que evidenciam a dimensão do desafio que precisam ser enfrentados.

De acordo com a Controladoria Geral do Estado, o Governo do Rio de Janeiro vem executando o mínimo constitucional de 12% estabelecidos para a saúde, desde 2018. Contudo, cabe observar que na ordem do dia estão evidentes a falta de gestão e planejamento na aplicação dos recursos da saúde.

A Atenção Primária em Saúde (APS), consistentemente apontada por especialistas como o investimento com maior custo-efetivo para a saúde, encontra-se negligenciada pelo estado, o que impacta diretamente no aumento da demanda por procedimentos ambulatoriais, internações e outros serviços hospitalares. A cobertura total da Atenção Primária no estado do Rio de Janeiro caiu de 70%, em janeiro de 2018, para 59% em dezembro de 2020, deixando de atender aproximadamente 1,5 milhões de pessoas. A taxa de cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF) caiu, no mesmo período, de 59% para 48%. Também é notória a incidência de Condições Sensíveis à Atenção Primária (CSAP) no Estado do Rio, principalmente de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Em 2019, as doenças cardio e cerebrovasculares representaram 20% dos óbitos no estado, em 4º lugar ficaram as diabetes.

É preciso dizer que também há uma ausência do Estado como mobilizador, facilitador e fiscalizador das políticas de saúde. Hoje o Estado do Rio controla algumas poucas especialidades pactuadas e o restante fica a cargo dos municípios. A capacidade instalada de média e alta complexidade está concentrada em estruturas municipais e hospitais federais autônomos de grande porte. Segundo dados do CNES/Datasus, apenas 6% dos hospitais e unidades ambulatoriais de alta complexidade são geridos pelo poder estadual. A média nacional entre os estados é de 22%. Para efeitos de comparação, essa proporção é de 47% no Espírito Santo, 42% na Bahia, 19% em Santa Catarina e 13% em São Paulo. O resultado dessa desorganização e fragmentação da saúde pública no estado é o uso inadequado dos serviços ofertados, havendo sobrecarga em alguns locais e subutilização em outros.

Um levantamento feito pelo Conselho Federal de Medicina, em 2020, apontou que o Rio de Janeiro é o estado que mais perdeu leitos hospitalares em todo o país nos últimos nove anos. Ao todo, 16 mil vagas deixaram de existir. Em janeiro de 2011, o Rio tinha 48 mil leitos

em unidades públicas e particulares. No mesmo mês de 2020, eram 32 mil – uma redução de 34%. Considerando apenas a rede do Sistema Único de Saúde, o número de leitos passou de 12.866 em 2011, para 8.411 em 2020, uma queda de 35%.

Assim, para melhoria do atual quadro da saúde no Estado, o nosso Governo propõe as seguintes medidas:

- 1 - Fazer uma política do estado de acompanhamento domiciliar do cidadão, com o objetivo de desafogar as emergências e otimizar o atendimento de doenças crônicas e cuidados paliativos;
- 2 - Fazer a parceria público-privada para otimizar os atendimentos de saúde à população;
- 3 - Revisar a logística das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), quanto a equipamentos e nível de atendimento;
- 4 - Criar os hospitais da criança e adolescente;
- 5 - Implantar centros de referência em parceria com a rede D'Or, como os já existentes, para as especialidades de doenças mais prevalentes – neurocirurgia, cardiovascular e oncológicas;
- 6 - Implementar as casas com foco na saúde do assistido;
- 7 - Integrar a Fundação Estadual de Saúde (FES) com a rede privada para ampliar o atendimento das consultas com especialistas, exames complementares e cirurgias eletivas;
- 8 - Certificar todos os hospitais de médio e grande porte;
- 9 - Reformular as UPAs – mudança de nome, layout e modelo operacional;
- 10 - Criar o programa saúde na escola itinerante, com visitas periódicas de equipe interdisciplinar;
- 11- Realizar parceria público-privada para zerar as filas de cirurgias eletivas e exames de alta complexidade;
- 12 – Criar o programa de saúde do idoso, com acesso a consultas, medicamentos e internação personalizada, por meio de um sistema informatizado de acompanhamento.

3.7 AGROPECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO

A agropecuária e a pesca no Estado do Rio de Janeiro foram completamente esquecidas pelo atual Governo. As políticas públicas aplicadas no estado, por muito tempo bastante equivocadas, especialmente nos três últimos governos, influenciaram negativamente desempenho do setor. Isto gerou heterogeneidade das formas de produção, crescimento das desigualdades entre as regiões e enfraquecimento da participação da atividade na economia fluminense.

Além da crônica política de loteamento da secretaria e das suas vinculadas que permanecem sobre o comando do mesmo grupo por mais de 20 anos. Durante o período que estive a frente do Governo, esse grupo foi colocado para fora e importantes políticas públicas foram reestruturadas, porém com o meu afastamento, o grupo retornou com força. Agora a pasta abandonou qualquer perspectiva de trabalhar pelos agricultores e passou a ter como principal projeto um programa de castração de Pets. A agricultura sofre com a omissão do governo e com a falta de infraestrutura, em especial para o escoamento e financiamento. Ainda assim, o atividade sobrevive, sendo responsável pela alimentação do povo, geração de emprego no interior e renda, além de contribuir com o erário público através de tributos.

Nesse contexto, a atividade agropecuária perdeu espaço e importância relativa, participando atualmente com cerca de 0,6% do PIB estadual, quando se leva em conta toda a cadeia do agronegócio a participação sobe para 3% (18 bilhões de reais). No Brasil, o agronegócio representa 23% do PIB. É recorrente que se diga que o agronegócio fluminense possui baixa participação no PIB devido à força do setor petroleiro, industrial e de serviços. Entretanto, é preciso entender que as economias industrializadas possuem agricultura estruturada, em geral variando entre 5 a 10% do PIB, como é o caso da Holanda, país com dimensão territorial e população semelhantes ao RJ. A agricultura é a única capaz de distribuir a renda do setor industrial pelo interior do estado de forma equilibrada e justa.

Em relação ao crédito agrícola, o cenário estadual não difere dos demais fatores. A agricultura familiar do estado acessou a 200 milhões de reais no Pronaf na safra 2019/2020, que correspondem a cerca de 0,5% do valor total disponível no programa, que foi de quase 39 bilhões. O baixo acesso ao crédito é influenciado pela pouca oferta de assistência técnica (ATER). A EMATER se encontra sucateada, sem mão de obra suficiente para atender as

demandas do estado e sem valorização dos seus profissionais. A PESAGRO, empresa estadual de pesquisa agropecuária, também não apresenta cenário melhor que o da EMATER. Por fim, o principal projeto de crédito agrícola do estado, o Agrofundo é uma grande farsa, apesar da linha de crédito ser mais vantajosa (2% ao ano), o valor disponibilizado é irrisório e não é capaz de alterar ou estruturar nenhuma cadeia agrícola do estado.

Em relação ao setor de pesca, o estado, que já ocupou o primeiro lugar na produção referente à pesca extrativa marinha brasileira, hoje se encontra em quarto lugar, atrás de Santa Catarina, Pará e Bahia (MPA, 2009). A desestruturação do setor é tanta que hoje o pescado sai do estado para ser processado e volta ao Rio de Janeiro com alto valor agregado, quando não é exportado para outros estados e países. Cerca de 70% do peixe pescado no estado tem esse destino. O setor definha com a falta de um terminal pesqueiro de grande porte, com descarga e área de comércio e espaço para a instalação de indústrias pesqueiras. Além da falta de estrutura no interior que permita dinamizar a produção em todo o estado. Hoje a descarga acontece em diversos pontos, sem controle adequado, o que aumenta a despesa com transporte e gelo, reduz a qualidade do peixe e encarece o produto para o consumidor final.

O desenvolvimento do Estado do Rio depende do fortalecimento do desenvolvimento do meio rural, da valorização da agricultura familiar e do fortalecimento da pesca. É preciso um novo olhar sobre o tema por parte do próximo governo, bem como uma mudança de paradigmas desde a produção, passando pela pesquisa/extensão e finalizando na comercialização. Para tanto, essa mudança deve ter como ponto de partida os princípios da Agroecologia. Esse é o caminho que pode propiciar vida digna e renda ao homem, à mulher e à juventude do campo, além de permitir a população urbana acesso a alimentos saudáveis.

A agricultura e a pesca são setores onde o estado precisa realizar uma intervenção qualificada, capaz de estimular o seu desenvolvimento econômico, respeitando o meio ambiente e, ao mesmo tempo, garantindo a segurança alimentar da população do estado. É preciso uma completa reorganização da secretaria e dos órgãos vinculados a ela; estabelecer metas claras para melhorias dos indicadores de produção, produtividade, cobertura da extensão rural, acesso ao crédito, fomento à pesquisa e resolução de problemas fundiários.

Nossas propostas para a área:

- 1 - Construir uma nova política agrícola, priorizando o desenvolvimento dos estabelecimentos familiares e tendo como base os princípios da Agroecologia;
- 2 - Reestruturar a Extensão e a Pesquisa fortalecendo a EMATER e a PESAGRO dando prioridade de atuação no desenvolvimento da agricultura familiar do Estado;
- 3 – Aumentar a cobertura da extensão rural viabilizando o acesso ao PRONAF por cerca de 10 mil estabelecimentos familiares, aumento o volume de recurso contratado para 500 milhões;
- 4 - Incentivar a instalação de empresas do agronegócio no estado, permitindo o processamento de produtos primários e aproveitando a estrutura portuária do estado para sua exportação;
- 5 - Viabilizar a aquisição direta da produção da agricultura familiar criando um Programa Estadual de Aquisição de Alimentos, abastecendo escolas estaduais, presídios, hospitais, restaurantes populares e restaurantes universitários com alimentos saudáveis e locais;
- 6 - Viabilizar recursos para permitir a expansão do Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias da UENF, permitindo a abertura de novos cursos bem como a abertura de programas de Pós Graduação voltados ao desenvolvimento agrícola sustentável do estado.
- 7 - Reestruturar e modernizar dos 9 colégios agrícolas do estado com a criação de uma rede AgroTec, uma espécie de FAETEC voltada ao ensino técnico agropecuário de alto nível, voltados ao ensino profissionalizante da juventude do interior.
- 8 - Viabilizar a instalação de serviços de inspeção sanitária nos municípios do estado que ainda não dispõem, garantindo a correta padronização e inspeção dos produtos de todas as regiões;
- 9 - Reformar e modernizar a Ceasa no Rio de Janeiro, garantindo sua autossuficiência e permitindo o realocamento dos seus recursos para a pesquisa e extensão;
- 10 - Viabilizar junto ao governo federal e iniciativa privada da construção do Terminal Pesqueiro Estadual em São Gonçalo;
- 11- Reestruturar e expandir o Agrofundo, garantindo novas 15 mil contratações de crédito.

3.8 INDÚSTRIA E SERVIÇOS

O processo de desindustrialização do Rio de Janeiro é alarmante. A fuga tem ocorrido principalmente em virtude da alta carga tributária, em especial o ICMS, que transformou o Rio de Janeiro em um dos lugares menos atrativos para essa atividade econômica. A violência, com ênfase no roubo de cargas, encareceu o custo do seguro e dos fretes. O setor de serviços sofre dos mesmos males.

O Setor industrial, que congrega 10,2% dos ocupados no estado, foi o ramo de atividades mais atingido pela desaceleração econômica, especialmente no interior fluminense: entre 2015 e 2016, o número de trabalhadores encolheu 14,5%.

Os setores de Serviços e Comércio que absorvem, respectivamente, 54,2% e 18,5% dos ocupados do Rio, também encolheram. O percentual de ocupados no Comércio reduziu em 3,9% na Periferia e 5% na Capital. Serviços teve variação negativa de 5% na Periferia.

Os números atuais não são animadores, mas o Rio de Janeiro tem potencial inegável para retomada da sua atividade industrial e de serviços. Todos os fatores de produção no nosso estado são abundantes e de qualidade, em comparação com outras localidades.

Essa recuperação será feita, no Governo, por meio das seguintes medidas:

- 1 - Incentivo à empresa familiar e ao pequeno e médio empresário, com facilitação ao acesso ao crédito;
- 2 - Revisão da política tributária I;
- 3 - Investimento na infraestrutura de escoamento de produção, principalmente através de obras e reformas, de meios de transporte, portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e hidrovias;
- 4 - Fortalecimento da Codin e da AgeRio para investir nas potencialidades industriais locais com maior vantagem comparativa, como o pólo têxtil na Região Serrana, o petroquímico no Norte-Fluminense, o metalúrgico no Sul Fluminense, e o de tecnologia nas cidades grandes e médias.

3.9 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

O Rio de Janeiro vive uma situação de calamidade na área de desenvolvimento social, onde o Estado investe uma pequena parte do seu orçamento. Situação que foi agravada pela COVID e pela grave crise econômica pela qual vive o país e que impactou especialmente a economia fluminense, deixando milhares de famílias em situação de vulnerabilidade. No momento em que a população mais precisou de apoio, o Governo estadual se mostrou despreparado e incompetente. O grave quadro de crise sistêmica tem deixado a população do Estado sem nenhuma perspectiva e tem impactado especialmente os mais jovens, os primeiros a sucumbir pela violência ou pela tentação do crime.

Para reverter esse quadro é preciso retomar programas sociais que garantam algum tipo de auxílio à população impactada pela crise econômica, assim como também é preciso garantir assistência adequada à população em situação de rua. Em outra frente, garantir políticas que permitam o avanço na proteção aos direitos das mulheres, a construção de oportunidades equitativas independentemente de cor, credo, sexo, raça ou condição social e que dialoguem com as demandas da juventude.

São nossas propostas para as áreas do desenvolvimento social e direitos humanos:

- 1 - Criar do Cartão Comunidade Cidade;
- 2 - Instituir o Bilhete único da Região Metropolitana que vai baratear, racionalizar e ampliar os investimentos no transporte público das 22 cidades da região;
- 3 - Criar um amplo programa de bolsas de estudo aos jovens em situação de risco, atreladas à recuperação escolar do jovem e, principalmente, à sua formação profissionalizante a ser prestada pela própria rede de ensino;
- 4 - Reforçar os programas de prevenção à violência contra a mulher e contra LGBTs, bem como garantir adequada assistência às vítimas; promovendo a adequação dos serviços de saúde às vítimas de violência;
- 5 - Ampliar a rede de Delegacias da Mulher e treinar adequadamente as demais delegacias para o atendimento adequado e encaminhamento correto;
- 6 - Promover e apoiar as iniciativas de organizações da juventude que promovam o voluntariado, como o Movimento Escoteiro, Bandeirantes, Desbravadores e outros,

facilitando o uso e acesso das estruturas físicas do Estado, em especial as Escolas, nos finais de semana, para que todas as iniciativas possam se desenvolver em espaço adequados e tenham local para acondicionar seu material;

7 - Atuar junto aos municípios para reestruturar a rede de acolhimento de crianças em situação de rua no Rio de Janeiro e promover políticas voltadas a esse público em articulação com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), o Conselho Regional de Assistência Social (CRESS) e o Conselho Regional de Psicologia (CRP);

8 - Promover e fortalecer os Conselhos Tutelares, capacitando seus quadros e viabilizando um adequado suporte técnico e logístico para a atuação dos Conselheiros nas diversas regiões e municípios do Estado;

9 - Garantir às religiões afro os mesmos benefícios tributários e jurídicos em geral concedidos às demais religiões, sem qualquer discriminação;

10 - Apoiar às políticas de valorização de idosos;

11 – Valorizar os aparelhos desportivos e lazer públicos do Estado, buscando, por meio de parcerias público-privadas, recondicionar e garantir qualidade e limpeza do espaço compartilhado ao público;

12 - Implantar um complexo Esportivo-educacional, na região do Maracanã, em parceria com a UERJ, CEFET, Institutos Federais, Clubes e Empresas do ramo esportivo, permitindo a educação e formação de jovens com potencial esportivo; - Escola Olímpica.

3.10 INFRAESTRUTURA

É preciso que o poder público propicie as condições adequadas de estrutura para que a iniciativa privada possa investir com segurança. Um ambiente logístico e de negócios necessário para que a iniciativa privada tenha segurança policial, jurídica e estrutural para produzir em prol da sociedade. E mesmo na própria logística da infraestrutura, a iniciativa privada pode e deve ter papel fundamental, como parceiro e investidor, na melhoria das condições urbanas e rurais do Estado do Rio de Janeiro.

Um grande desafio do Governo será a realização das obras fundamentais para garantir o crescimento do Estado do Rio de Janeiro.

São propostas do nosso governo para a área de infraestrutura:

- 1 - Complementação do Arco Metropolitano, garantindo meios para a segurança do usuário;
- 2 - Cobrar do Governo Federal e da Concessionária a construção da “nova subida da serra” (BR-040);
- 3 - Ampliação da Via Light;
- 4 - Realizar estudos de viabilidade na construção do aeroporto de cargas de Seropédica, assim como articular com o Governo Federal a realização do projeto;
- 5 - Implantar o Arco Rodoviário do Norte Fluminense com o objetivo de melhorar o tráfego da região e facilitar o acesso ao porto do Açu;
- 6 - Realizar um amplo programa de Concessão das estradas estaduais, garantido a duplicação das principais vias, como a Amaral Peixoto até Macaé;
- 7 - Retomada do Programa Comunidade Cidade com recursos da Região Metropolitana;
- 8 - Devolução dos recursos da privatização da Cedae para a Região Metropolitana e investimentos no Programa Comunidade Cidade, saneamento, abertura de ruas, coleta de lixo e mais moradias.

3.11 TRANSPORTE

O transporte de massa é uma das áreas mais sensíveis do nosso estado. A região metropolitana do Rio figura como o pior sistema de transporte do mundo quando comparado com as 74 principais regiões metropolitanas do mundo. A população da capital e demais regiões leva em média uma hora e meia para chegar ao trabalho, sem contar o tempo de espera do transporte.

Nesse ambiente, o impacto das longas viagens sobre a produtividade é significativo, chamado de produção sacrificada. Segundo estudos da FIRJAN, o longo tempo de deslocamento dos trabalhadores impacta significativamente na economia, representando uma perda de quase 6% do PIB Estadual. É preciso ter em conta que se considerarmos outras variáveis, como o alto custo do transporte público e o impacto na saúde causado pelo tempo excessivo de deslocamento, teremos um impacto econômico ainda maior. Portanto, a

questão do Transporte é fator primordial para o desenvolvimento econômico e social do estado, pois uma região com transporte de qualidade e custos razoáveis gera uma mão de obra mais produtiva e um ambiente mais propício aos investimentos, além de garantir o sustento de milhões de famílias através do emprego.

O atual governo investiu um total de zero reais em transportes desde 2019, nenhum metro de metro foi construído, nenhuma estação da supervia foi reformada, a pasta foi ocupada por secretários completamente despreparados e o preço das passagens aumentou consideravelmente no momento em que a população mais precisava do Estado. O abandono dos transportes na região metropolitana foi um dos principais responsáveis pelo atual colapso da rede BRT da capital, uma vez que boa parte dos usuários da supervia migrou para o BRT seja por conta do preço da passagem ou pelo serviço.

É preciso lembrar que os últimos grandes investimentos em transporte no estado foram feitos pelas prefeituras de Niterói e do Rio de Janeiro. Atualmente, diante da total inércia do Estado em prover transporte de qualidade, a capital anunciou um amplo programa para transformar a rede BRT em VLT.

O transporte de massa no Rio de Janeiro é de péssima qualidade e insuficiente para atender às necessidades da população. A opção pelo ônibus e a falta de investimentos eficazes em transporte de massa têm transformado em uma verdadeira luta o deslocamento da população trabalhadora da região metropolitana. As políticas implementadas vão na contramão da modernidade, com o transporte individual crescendo e o transporte coletivo caindo em volume e qualidade.

A viabilização do Metrô como principal ferramenta de melhoria no deslocamento da região metropolitana segue estagnada ou inviabilizada pela corrupção. O Metro é o serviço possui a tarifa mais cara do país, tendo figurada muitas vezes como uma das mais caras do mundo. Comparando com o Metro de SP, o usuário do Rio paga 2,10 reais mais caro para andar em uma rede que é menos da metade (42km x 100km). Se o Rio seguisse o ritmo de obras do metro de SP nos últimos 8 anos, teríamos um acréscimo de 18km de extensão, praticamente todo o trecho previsto da Linha 3, que nunca saiu do papel.

A rede metroviária do Rio é menor do que a de Caracas da Venezuela (70km), um país que se encontra em crise aguda desde 2013 e a passagem custa quase 7 vezes mais do que a do Metrô de Buenos Aires (R\$ 0.90) que possui uma rede com quase o mesmo tamanho.

Não existem explicações razoáveis para a manutenção dessa tarifa diante do baixo retorno à população. O número de falhas na prestação dos serviços do Metrô, da Supervia e das Barcas é constante. Esses modais que deviam, pelo contrário, contribuir para desafogar a demanda do sistema de ônibus urbanos, já inteiramente saturado.

A questão dos trens é ainda mais desastrosa, um sistema altamente precarizado e de custo elevado. A passagem cobrada pela Supervia é 5,00 reais consegue ser mais cara que a do Metro de SP, e os serviços quando comparados são totalmente diferentes, seja pelo conforto, acessibilidade ou qualquer outra variável.

As Barcas continuam funcionando abaixo do seu potencial, além de também terem passagem elevada, sendo uma das mais caras do mundo. O preço por km rodado pela Barca sai até 5 vezes mais caro do que o preço por km cobrado de Belém a Ilha do Marajó, um destino 16 vezes mais longo. Ademais, é preciso pensar a expansão do serviço de Barca com o objetivo de diminuir o tráfego de veículos na capital, é urgente a expansão do serviço para São Gonçalo e garantir passagens acessíveis saindo da Estação Charitas.

O Bilhete Único do Rio além de bem mais caro que o de SP (8,55 x 7,65) permite acesso a menos modais por menos tempo (2 modais em 2:30h x 3 modais em 3:00h). Em SP o usuário ainda tem a vantagem de adquirir um Bilhete Único MENSAL, reduzindo filas e transtorno para recarregamento e permitindo ainda mais economia aos usuários constantes. A comparação entre RJ x SP na questão dos transportes é essencial para mostrar a disparidade, incompetência e ineficiência dos gestores públicos do nosso estado.

Para mudar esse cenário, o governo deverá inverter a matriz do transporte de massa nas ruas, buscando priorizar investimentos no metrô, nos trens e no sistema VLT, além de organizar e ampliar o sistema de transporte complementar. É preciso criar alternativas para o transporte da grande população urbana do estado, buscar inverter aos poucos a matriz de transporte de massa na Região Metropolitana, otimizando-a com auxílio das universidades, que vem se debruçando crescentemente sobre o tema em seus estudos.

Para que efetivamente possamos ter uma política de transporte que atenda a todos os cidadãos fluminense, temos as seguintes propostas:

- 1 - Plena integração dos modais, sempre respeitando a liberdade de escolha, pelo usuário, do modal de sua preferência, e publicizando essa conexão através de aplicativos, sites e outros meios modernos de comunicação digital;
- 2 - Investimento em modais aquaviários, com especial foco no estudo da expansão das barcas para São Gonçalo, Magé e Barra, como meio de conexão entre os municípios banhados pela Baía de Guanabara;
- 3 - Estímulo a formas alternativas de locomoção, como as bicicletas;
- 4 - Reorganização do trânsito e estudo viário para otimização do sistema de transporte, inclusive através de obras de construção e/ou alargamento de pistas;
- 5 - Garantir recursos para reduzir pela metade o tempo para a transformação em Metro de Superfície, dando prioridade para a linha Transoeste e garantindo sua integração com a Supervia e o Metro;
- 6 - Revisão dos contratos de Concessão do Metro, Trem e Barcas;
- 7 - Revitalização do Bilhete Único com tarifa compatível ao serviço prestado, aumento do tempo e do número de modais (3 modais em 3 horas) e também a possibilidade de aquisição de um Bilhete Único Mensal com preço diferenciado;
- 8 - Construção da Linha 3 do Metro ligando São Gonçalo-Niteroi, posteriormente expandir até o Comperj (Itaboraí), aproveitando os trilhos da malha ferroviária;
- 9 - Viabilização da expansão do metrô até a Gávea ligando com as estações Carioca, Uruguai, São Conrado e Antero de Quental.

3.12 HABITAÇÃO

A questão habitacional no estado é outro símbolo da falta de planejamento e da omissão do atual governo. O Déficit Habitacional no estado é, em média, de 400 mil moradias. Mais de 300 mil famílias gastam excessivamente com aluguel e podem a qualquer momento ser

impelidas a viver em áreas inadequadas. O estado, ao invés de buscar soluções concretas se limitou a administrar os problemas.

A questão da habitação demanda ações em conjunto com outros setores e com as prefeituras, mas, principalmente, é preciso repensar a ocupação territorial do estado. A concentração de empregos na capital, sobretudo na região central e zona sul, faz com que a região metropolitana seja, na prática, apenas “dormitório”. É preciso construir um equilíbrio na oferta de empregos e de funções urbanas nos municípios periféricos. É fundamental que o planejamento estabeleça o uso misto dos segmentos habitação, comércio, serviços e indústrias (além das demais funções urbanas essenciais, como educação, saúde, segurança e transportes). Assim, será possível estabelecer uma ocupação racional e evitar a configuração de regiões dormitório, ou de regiões cuja dinâmica exista apenas durante o dia devido à concentração de empregos e o baixo índice habitacional.

Em relação às favelas é preciso trabalhar junto com as prefeituras e captar recursos do Governo Federal, para realizarmos um programa de urbanização consistente dessas localidades. Urbanizar as favelas como política pública interssetorial para a provisão de serviços urbanos e para melhoria das habitações, por meio de assistência técnica, jurídica e administrativa, com a participação dos moradores em todo o processo. Abandonar as políticas de remoção e deslocamento forçado de populações, substituindo-as pela regularização integral, afinada com o Estatuto da Cidade. Vamos aprofundar a parceria com o Governo Federal para a construção de casas populares e valorização da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro.

3.13 EMPREGO E RENDA

Enquanto o atual governo tenta mascarar os dados, de acordo com o levantamento, o contingente de desempregados no Rio de Janeiro somava 1,323 milhão de trabalhadores e taxa de desemprego no estado ficou em 14,9%, a mesma apurada em Sergipe, atrás apenas da Bahia (17,6%) e Pernambuco (17%). Portanto, o Estado figura como a terceira pior taxa de desemprego do país.

A recuperação da economia será um importante fator de geração de renda, entretanto, é preciso que o próximo governo atue dando as condições necessárias para uma recuperação

consistente. É imprescindível corrigir as sérias deficiências estruturais do estado, retomar as obras paradas e estimular a contração na área da construção civil no início do governo. Com a retomada da atividade econômica estimulada pela retomada do investimento público, espera-se que a iniciativa privada aporte importantes recursos de investimentos, criando, assim, um cenário favorável de desenvolvimento econômico e geração de empregos.

Por fim, destaca-se que o retorno da ordem e da estabilidade econômica certamente resultará na criação de milhares de postos de trabalho, a serem divulgados e preenchidos com ajuda do órgão público responsável.

São nossas propostas:

- 1 - Criar um amplo programa de emprego para o Estado, o RJ Pleno Emprego, por meio de investimentos públicos e privados, tendo como meta a geração de 1 milhão de empregos.
- 2 - Ampliar os programas da Faetec e da Rede Estadual para formação profissionalizante;
- 3 - Promover programas de requalificação da mão de obra para reinserção de jovens e adultos em situação de desemprego;
- 4 - Incentivar o empreendedorismo e as atividades de economia criativa no estado.

3.14 TURISMO, ESPORTE E LAZER

O turismo é a vocação natural do Rio de Janeiro e uma das atividades econômicas que mais geram emprego e renda. O Estado tem 89 cidades com vocação turística, distribuídas em 12 regiões. De acordo com o mapa do turismo, 45 municípios estão nas categorias A, B e C, que são aqueles que concentram o fluxo de turistas domésticos e internacionais. Como exemplo, destinos como Angra dos Reis, Armação dos Búzios, Paraty, Petrópolis e Rio de Janeiro.

Entretanto, o atual Governo pouco ou nada fez para estimular a retomada do turismo do Estado. O Galeão está em vias de falir por conta da concessão mau feita pelo Governo Federal, enquanto o Governo Estadual segue omissivo e submisso às ordens de Brasília. Não há política para viabilizar mais voos para o Estado, não há política para tornar os aeroportos do interior mais dinâmicos, nada é feito. O turista, se quiser conhecer o Rio, que lute.

No a falta de Segurança Pública afeta diretamente a imagem do Rio no Brasil e no Exterior, o atual governo deixa os turistas a própria sorte e as cenas de furto em regiões turísticas se tornaram comum, quando não assaltados com bandidos portando fuzil. O cenário do turismo do Rio de Janeiro é de terra arrasada.

No âmbito dos Grande Eventos, apesar da criação de um Subsecretaria temática, pouco ou quase nada foi feito de concreto. Todos os anos o Estado tem criado conflitos com a prefeitura da capital em relação aos Grandes Eventos, o carnaval é um exemplo de como a burocracia do estado tem criado dificuldades. O Estado precisa de uma política de promoção e facilitação dos Grandes Eventos, criando mecanismos burocráticos específicos para esse tipo de evento e disponibilizando linhas de financiamento específicas para isso.

Ainda, o Rio de Janeiro sempre teve vocação natural ao esporte, com espaços naturais e artificiais de prática desportiva e promoção de grandes clubes e desportistas. Infelizmente e por falta de competência das gestões municipal e estadual, a capital e o estado como um todo perdem a oportunidade de impulsionar o desenvolvimento esportivo do estado. Além disso, o esporte é um importante instrumento de redução da vulnerabilidade social jovem, sobretudo no que tange à criminalidade do tráfico.

Para tanto, propomos:

- 1 - Investimento na imagem do Estado seja em mídias nacionais e locais, seja em Feiras especializadas de Turismo;
- 2 - Investimento em qualificação profissional no setor de serviços do Rio de Janeiro, em especial o ensino de línguas, em parceria público-privada com cursos de idiomas, preferencialmente online, e também em parceria com o sistema "S";
- 3 - Fortalecimento das Delegacias do Turista e melhoria do policiamento nas principais áreas turísticas;
- 4 - Implementação de Áreas Especiais de Interesse Turístico, com grande gama de informação virtual para melhor aproveitamento do passeio do turista;
- 5- Criação de uma Política Estadual de Grandes Eventos que permita a difusão desse tipo de atividade por todo o Estado;

6- Implantar ensino médio bilíngue, com horário integral, principalmente em municípios de grande potencial turístico;

7 - Criar uma Empresa de Economia Mista de Aviação “low cost” do Estado garantindo a retomada dos voos para o Estado, viabilizando a aviação regional e abrindo rotas de outros países para o Rio;

8- Transformação da Turisrio em uma empresa de fomento, captação de recursos, locação de espaços e difusão da cultura do nosso Estado, com investimento massivo na divulgação do estado no exterior;

9 - Promover atividades e projetos esportivos voltados para as comunidades no Rio de Janeiro, a partir de parcerias público-privadas;

10 - Formular um calendário anual permanente de atividades esportivas, voltado para a realização de eventos intermunicipais, que fomente a troca de experiências e a oferta de modalidades esportivas entre as regiões do estado.

3.15 CULTURA

O Rio de Janeiro é, sem dúvida, um estado com grande potencial cultural no contexto brasileiro. Temos um importante complexo cultural: histórico, artístico, cinematográfico, teatral e carnavalesco, que movimenta o turismo e a geração de trabalho e renda para a população. Sem falar na expressiva indústria da economia criativa que vem crescendo no estado.

O PIB Criativo do estado do Rio de Janeiro, em 2020, apresentou uma taxa de participação acima da média nacional, com 4,62%, seguido de São Paulo (4,41%) e do Distrito Federal (3,07%). Ainda segundo a FIRJAN, em 2019, a cada 20 estabelecimentos fluminenses 1 (um) tinha a criatividade como principal insumo de produção (5,6% de participação de empresas criativas no total da economia no Rio de Janeiro frente a 3,8% no Brasil). Isso corresponde a 25 mil empresas criativas no estado. Esse cenário confirma o potencial e o pioneirismo fluminense na indústria criativa e a necessidade de se construir mais e novos espaços que possibilitem a expansão do setor.

O setor cultural do Rio de Janeiro é um importante fator econômico para o estado, que emprega com qualidade e traz investimentos importantes por meio de mecanismos de incentivo à cultura. É necessário que os aparelhos culturais do Estado sejam melhor administrados, se possível em parceria com a iniciativa privada, para que estejam a disponíveis e a serviço da população a ao turismo, potencializando o desenvolvimento da nossa cultura.

A Secretaria Estadual de Educação deve incentivar, promover e democratizar o acesso à cultura. As atividades de caráter cultural não podem ficar restritas à capital e à região metropolitana. É indispensável a valorização e o incentivo das atividades culturais desenvolvidas pelos municípios do interior do estado.

- 1 - Aproximar Governo e os 92 municípios para pensar e fomentar a cultura por todo estado;
- 2 - Estimular a expansão de atividades de economia criativa, a partir da parceria entre as secretarias estaduais, municípios, iniciativa privada e conselhos de cultura, buscando dar visibilidade aos arranjos produtivos locais.
- 3 - Buscar a autossustentabilidade de aparelhos culturais estaduais, por meio de parcerias público-privadas, patrocínios e concessões;
- 4 - Criar calendário estadual de atividades culturais dos 92 municípios do estado, promovendo eventos de valorização das culturas locais/regionais;
- 5 - Apoiar a qualificação de profissionais que trabalham na área cultural, a partir de parcerias com escolas técnicas, universidades e iniciativa privada;
- 6 - Fortalecer e ampliar os eventos culturais no estado;
- 7 - Incentivar o projeto de leitura e acesso as bibliotecas;
- 8 - Garantir a transparência de todas as etapas de divulgação dos editais públicos da cultura.

3.16 MEIO AMBIENTE

A questão ambiental é primordial para a manutenção da qualidade de vida da população. Tanto nos espaços urbanos, quanto na área rural, o meio-ambiente encontra-se cada vez mais degradado, seja com poluição atmosférica, hídrica, do solo, visual, sonora, térmica, ou luminosa.

Por outro lado, a atividade econômica, que porventura gera naturalmente impacto ambiental, é essencial para a melhoria da qualidade de vida e da prosperidade social. Por isso, propaga-se tão comumente a ideia de atividade econômica sustentável, em que se priorizem atividades menos poluidoras e, mesmo as que inevitavelmente poluam, sejam administradas de forma a ter a poluição mitigada ou minimizada, enquanto investimentos são feitos para contrabalançar eventuais danos.

É indispensável encontrar um equilíbrio entre Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, de forma que tragédias como o vazamento de petróleo na Baía da Guanabara e o rompimento da barragem de Mariana/MG não se repitam. As licenças ambientais não podem funcionar como impeditivos do desenvolvimento do estado e também não devem ser vistas como mero entrave. Portanto, é preciso modernizar a emissão das licenças, bem como apoiar o desenvolvimento da economia sustentável e limpa.

Para o meio ambiente, o Governo Wilson Witzel trará as seguintes medidas:

- 1 - Recuperar os Parques Estaduais existentes em nosso território, por meio de convênios específicos, a serem mantidos pelo Governo do Estado com União e Prefeituras, que melhorem o acesso dos visitantes e pesquisadores;
- 2 - Criar um amplo programa de recomposição da Mata Atlântica do Estado, tendo como princípio o sistema de Pagamentos de Serviços Ambientais aos agricultores, principalmente através do programa Conexão Mata Atlântica;
- 3 – Moralizar o sistema de licenças ambientais;
- 4 - Implantar, em parceria com os municípios, os sistemas para que algoritmos de tomada de decisão sejam usados a fim de dar celeridade ao processo de emissão de licenças ambientais;
- 5 – Garantir o fim dos lixões clandestinos, com a implementação de um Polo para receber recicláveis, que atenda todos que manuseiam esses materiais como fonte de renda;

6 - Flexibilização e facilitação da construção de propriedades marítimas sustentáveis;

7 - Garantir recursos para criação e implantação de um projeto estruturado de despoluição da Baía de Guanabara;

8 - Conceder incentivos para atração de indústrias de equipamentos voltados para a geração e uso de energias renováveis;

9- Criação de uma Secretaria Especial da Emergência Climática, que ficaram responsável por construir ações transversais em todas as secretarias no intuito de preparar o estado para as mudanças climáticas que já está acontecendo.

Vamos voltar a fazer o certo. Você já viu a diferença!

